BREVES OBSERVAÇÕES SOBRE A RECENSÃO DE C. BRAIDA DA OBRA:

**“A FILOSOFIA COMO DISCURSO SISTEMÁTICO. DIÁLOGOS COM EMMANUEL TOURPE
SOBRE OS FUNDAMENTOS DE UMA TEORIA DOS ENTES, DO SER E DO ABSOLUTO”**

Lorenz B. Puntel *

A recensão de Celso Braidia constitui uma boa apresentação dos traços gerais do livro¹. De fato, uma recensão deste livro, resultado de diálogos entre o jovem filósofo francês E. Tourpe e o autor, representa uma tarefa árdua². Não apenas porque se deve levar em conta o pano de fundo francês, senão que também deve pressupor os interesses especiais de Emmanuel Tourpe, que almejava uma introdução sintética para o âmbito francês do longo e complexo livro *Estrutura e Ser* (ES). Isto significa que qualquer análise do livro com E. Tourpe deve também levar em consideração a exposição completa da filosofia sistemático-estrutural oferecida em *ES*. Apesar disso, deve-se dizer que Braidia, na primeira parte de sua recensão e em grandes linhas, consegue situar muito bem o estatuto do livro, não incluindo em sua exposição todas as pressuposições e explicações ali oferecidas sinteticamente, de forma que o leitor está em condições de situar bem o caráter geral do livro. No entanto, já aqui fica patente que uma coisa é situar de maneira geral o caráter do livro e outra traduzir este fator numa análise minuciosa de suas teses centrais. Nesta perspectiva, a recensão de Braidia contém deficiências graves, que se tornam

* Ludwig-Maximilians-Universität, München.

¹ A recensão de C. Braidia está publicada em *Síntese – Revista de Filosofia*, vol. 45 n.141, p. 169-180.

² O livro resenhado é: PUNTEL, Lorenz B. *A filosofia como discurso sistemático: diálogos com Emmanuel Tourpe sobre os fundamentos de uma teoria dos entes, do Ser e do Absoluto*. São Leopoldo: UNISINOS, 2015, 163 p. [original: *La philosophie comme discours systématique: dialogue avec Emmanuel Tourpe sur les fondements d’une théorie des étants, de l’Être et de l’Absolu*. Paris: Les Petits Platons, 2015].

bem evidentes em relação às teses fundamentais da filosofia sistemático-estrutural. As seguintes observações terão duas partes. Na primeira parte serão consideradas as críticas dos pontos 1 a 4 da recensão e, na segunda, as críticas dos pontos 5 e 6.

[1] Um dos pontos deficientes da exposição de Braida se refere ao conceito absolutamente central de “quadro referencial teórico” e isto sob dois pontos de vista. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar que, apesar de Braida citar o conceito de “quadro referencial teórico”, ele não explica e muito menos aprofunda o denso sentido deste conceito. Nesse caso, um ponto central é o seguinte: os componentes do “quadro referencial teórico” têm uma estrutura toda própria. Eles não são partes/componentes num sentido vago, como se estas partes tivessem um significado independente do quadro em que aparecem. O que significa isso vai ser mostrado adiante. Em segundo lugar, o que é mais grave, Braida tira consequências críticas incrivelmente radicais de sua análise. Trata-se do seguinte: a filosofia sistemático-estrutural defende em quase cada página do extenso livro *ES* a tese de que não se pode prescindir de uma pluralidade de quadros referenciais teóricos, ou seja: não há apenas *um único* e *absoluto* “quadro referencial teórico” (o que seria inalcançável). O fato de que Braida não levou em conta a problemática da pluralidade dos quadros, conduziu sua análise a absurdas consequências, como será mostrado adiante.

Com respeito ao primeiro ponto. Sem dúvidas, o quadro referencial teórico “enquadra” uma série de componentes, mas isto no sentido de que, fora desta estrutura, tais componentes não podem nem ser interpretados, nem ter um sentido independente. Para dar um pequeno exemplo: veja-se a tese da filosofia sistemático-estrutural de que a linguagem filosófica transparente não pode consistir em um conjunto de sentenças compostas de sujeito e predicado. A este respeito, Braida afirma: “Todavia, aqui cabe se perguntar se ainda é aplicável o conceito de linguagem e se efetivamente sentenças do tipo “É o caso que chove” ou simplesmente “Chove” significam e apresentam um conteúdo semântico tal como o pretendido por Puntel. Uma coisa é dizer que a linguagem filosófica é assim e assim, outra é mostrar que uma tal linguagem faz sentido e cumpre o papel teórico pretendido. Nenhuma linguagem humana é assim e não temos nenhuma proposta de linguagem formal com esse padrão” (p. 171s). A questão é o que se pretende com uma linguagem filosófica (teórica): inteligibilidade ou comunicabilidade com bases obscuras? Sentenças como “é o caso que chove” podem ser bem especificadas, usando simplesmente a categoria sintática dos advérbios: “é o caso que chove *agora*”, “é o caso que chove *fortemente*” ou coisas do gênero. Em resumo, Braida esquece que sentenças sem estrutura sujeito-predicado podem, sem nenhum problema, ser especificadas muito particularmente.

Além disso, não é verdade o que Braidão afirma logo em seguida: “Nesse tipo de sentença básica não se faz referência a um sujeito ou a alguma cláusula aplicada a um objeto; essas sentenças, na sua estrutura básica, não seriam estruturadas em termos de sujeito e predicado, ou argumento e função. Além disso, esse tipo de sentença também não faz referência nem ao falante nem a um interlocutor, portanto, não contém nenhum restritor relativo à situação de proferimento” (p. 172). Braidão não leva em conta o que é uma sentença teórica com plena validade e estatuto próprio. Ou seja, sentenças teóricas não são determinadas por nenhuma atitude de um sujeito particular ou alguma situação semelhante, mas são determinadas pela coisa mesma a ser expressa. Isto, no entanto, não significa que tais sentenças não sejam *articuladas* ou *proferidas* por um sujeito. Braidão ignora completamente todas as longas considerações sobre a dimensão da teoriedade no capítulo 2 de *ES*, sobretudo o tópico 2.3, que trata longamente da relação entre a dimensão do saber ou do conhecimento com a dimensão da teoriedade. De resto, não é o caso que o sujeito seja *simplesmente* posto de lado, o que seria um absurdo. O sujeito é tomado em seu caráter universal no momento em que são deixados de lado todos os aspectos específicos e unilaterais de um sujeito particular. Negar que um sujeito concreto possa assumir uma *perspectiva universal* constituiria um contrassenso. Em resumo, uma sentença teórica em sentido estrito pressupõe que o sujeito que está sempre presente seja um sujeito elevado à dimensão universal e não reduzido à sua perspectiva particularista.

Uma segunda deficiência da recensão é que Braidão critica a rejeição da ontologia substancialista sem, porém, entrar a fundo no problema real e iniludível, que é tratado muito extensamente, sobretudo no capítulo 3 de *ES*. Isto pode ser mostrado brevemente ao comentar a tese que Braidão chama simplesmente de “tese da identidade da proposição e do fato” (em verdade, esta formulação não é exata. Não há uma identidade entre proposição e fato, mas entre proposição verdadeira e fato). Aliás, praticamente nenhum autor observou que esta tese vem diretamente de Frege, ao levantar a questão em seu artigo *Der Gedanke* [O Pensamento]: “O que é um fato?” Ele responde: “Um fato é um pensamento que é verdadeiro” (G. Frege, *Der Gedanke. Beiträge zur Philosophie des deutschen Idealismus* 1, 1918-1919, p. 50). (O que Frege chama de “*Gedanke*” corresponde ao que aqui é chamado de “proposição”). Braidão levanta uma crítica muito extensa e severa contra esta tese, mas ao fazer isso interpreta falsamente o seu sentido. O que significa esta tese? Braidão “deduz” dela a consequência de que sua aceitação equivaleria a eliminação da distinção absolutamente inalienável entre semântica e ontologia.

Braidão afirma: “o conteúdo semântico-conceitual expresso pela sentença aplica-se ao mundo atual, mas isso de modo algum significa que esse conteúdo seja uma parte do próprio mundo, pois, se assim fosse, a própria relação de expressão ou significação seria eliminada. Esse aspecto é

visível no esforço de Puntel para eliminar qualquer relação de mediação que perspectivasse o mundo segundo um modo de expressão ou de apreensão. Daí sua insistência em eliminar qualquer resquício do ato de dizer e expressar e qualquer referência aos falantes, mas também, e essa é a dificuldade, em eliminar qualquer traço restritor da própria relação semântica e linguística” (p. 177). Ele ainda acrescenta: “O melhor seria eliminar, assim como ele o faz com a consciência e o sujeito, também a linguagem. Uma linguagem universal e absolutamente transparente é como um espelho universal e absoluto no qual o mundo se dá, não em efígie, mas em carne e osso. Aliás, o conceito de linguagem proposto por Puntel foi antecipado por F. Wolff (1999, p. 198) e devidamente explicitado e criticado. Se o mundo está lá em carne e osso, e não há nenhuma mediação, então não há nada que se possa chamar de linguagem, e muito menos relação de expressão ou reflexão” (p. 177). Braida comete aqui um erro de interpretação de grande alcance. Ele ignora completamente a tese central da filosofia sistemático-estrutural de que há uma pluralidade inalienável de “quadros referenciais teóricos”. Não há nada nesta filosofia que não esteja em função imediata e absoluta do quadro referencial teórico no qual a respectiva afirmação ocorre. São os quadros referenciais teóricos absolutamente inalienáveis que mantêm fundamentalmente e irrevogavelmente a distinção radical entre semântica e ontologia. Contudo, ao que se deve atentar aqui (e ao que Braida não atenta) é o fato que em cada quadro referencial teórico é sempre *o todo* (como quer que se chame este todo: a realidade, o Ser como tal e como um todo etc.), ou seja: o que está em jogo é sempre o todo, mas sempre relativamente a um quadro referencial *pelo* qual e *no* qual ele é expresso.

Com respeito a uma das teses negativas centrais da filosofia sistemático-estrutural, a saber: a rejeição das ontologias substancialistas, Braida afirma: “Nesse ponto, Puntel faz afirmações sobrecarregadas, e parece não perceber o caráter crítico das posturas recentes em filosofia. [...] Além disso, Puntel trata a estrutura função-argumento e a estrutura sujeito-predicado como idênticas e ambas como se fossem baseadas na estrutura das línguas naturais, o que não é o caso. Esta estrutura de modo algum implica uma ontologia da substância e acidentes ou objetos e propriedades, sobretudo, ao menos desde Aristóteles, o esquema sujeito-predicado não implica que haja algo sem propriedades que seja o suporte das propriedades” (p. 174). A isso, o autor deve dizer que Braida comete um erro de omissão. Dizer aqui que o autor “trata a estrutura função-argumento e a estrutura sujeito-predicado como idênticas e ambas como se fossem baseadas na estrutura das línguas naturais” é errado e constitui uma afirmação arbitrária. Além disso, afirmar que “esta estrutura de modo algum implica uma ontologia da substância e acidentes ou objetos e propriedades, sobretudo, ao menos desde Aristóteles, o esquema sujeito-predicado não implica que haja algo sem propriedades que seja o suporte das propriedades” é ignorar o fato de que a estrutura sujeito-predicado e a estrutura função-argumento

devem ser explicadas e, a saber, ontologicamente. Que explicação oferece Braida para isto?

[2] Quanto à teoria do Ser desenvolvida pela filosofia sistemático-estrutural, Braida faz uma afirmação crítica, talvez a mais forte em toda a sua recensão, referindo-se à tese da Bidimensionalidade do Ser, ou seja: a tese de que deve existir no Ser uma dimensão absolutamente necessária e outra contingente. Ele afirma: “O argumento de Puntel é que essa tese pressupõe a possibilidade do nada absoluto e que essa possibilidade é autocontraditória. A conclusão é que uma dimensão necessária do Ser deve ser aceita (Puntel, 2015, p.140). Embora a argumentação de Puntel pareça clara e cogente, trata-se de um sofisma que define o necessário como absolutamente independente, define o contingente como dependente, e então conclui que o contingente supõe uma dimensão independente e necessária. Toda a força do argumento funda-se na definição inicial de necessário como absolutamente independente; todavia, essa teoria da dependência ontológica permanece sem uma explicitação convincente” (p. 175). A crítica de Braida neste ponto não só é obscura, mas também de uma polêmica desnecessária. Braida deveria tratar a fundo o argumento central de toda esta grande parte do livro *ES* (tópico 5.3), a saber: a filosofia sistemático-estrutural combate a tese da omnicontingência, argumentando da seguinte maneira, através de uma *reductio ad absurdum* (cf. *ES*, p. 593):

- (1) Se absolutamente tudo – e, assim, a própria dimensão do ser – fosse contingente, dever-se-ia assumir a possibilidade do nada absoluto.
- (2) Porém, ocorre que o nada absoluto não é possível.
- (3) Portanto, nem tudo, isto é, nem toda a dimensão do ser é contingente. N

Ora, mas, o que há de sofisma aqui? É simplesmente um argumento analítico. É uma análise de conceitos fundamentais. Afirmar que “tudo é contingente” pressupõe a ideia de que “tudo poderia não ter existido”, portanto, defender-se-ia a possibilidade do *nada absoluto* (*nihilum absolutum*), o que constitui uma patente autocontradição! Esta parte da crítica de Braida pertence ao que há de mais fraco e menos convincente em toda a sua recensão.

Do ponto de vista argumentativo, não é o caso que “toda a força do argumento funda-se na definição inicial de necessário como absolutamente independente”. O argumento não se fundamenta simplesmente numa análise de “conceitos”. As modalidades na filosofia sistemático-estrutural não são compreendidas apenas epistemologicamente (*de dicto*), mas enfaticamente como estruturas ontológicas (*de re*). Uma das características que se segue da definição do necessário é que o necessário não é dependente de nada. Não serão comentadas aqui as afirmações de Braida a respeito do “Criacionismo”. Trata-se de uma expressão mil vezes repetidas, mil vezes mal entendida, mil vezes não explicada.

Por fim, Braidia afirma: “a base da arguição ontológica de Puntel é a recusa da teoria clássica da substância. Trata-se de uma luta contra um fantasma teórico, pois desde Galileu esse conceito não tem função teórica em nenhuma teoria relevante” (p. 178). A respeito disso, apenas duas observações. Primeiro, é simplesmente temerário afirmar que “desde Galileu esse conceito [de substância] não tem função teórica em nenhuma teoria relevante”. A que “teorias relevantes” Braidia se refere aqui? A teorias científicas, filosóficas ou a quê? Segundo, como explicar o conceito de “objeto”, tão central para o *mainstream* da filosofia analítica hoje? Nada a dizer sobre ele? Exatamente esta constitui uma tarefa filosófica, ou seja: perguntar o que os filósofos querem dizer hoje, quando falam de “objetos”.

Como se viu, a recensão de Braidia tem aspectos muito positivos, acertados e esclarecedores. Mas, ela contém também erros graves de interpretação em pontos centrais da filosofia sistemático-estrutural. Apesar disso, o leitor interessado nesta filosofia ganharia muito ao ler a recensão de Braidia, levando em conta, ao mesmo tempo, as ponderações do autor do livro, apresentadas nestas breves observações.